

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT N° 1/2024



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA
INDEPENDENTE NAS ENTIDADES
SUPERVISIONADAS PELA
SUPERINTENDÊNCIA DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR (Previc)**

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

PROVA: ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS ENTIDADES SUPERVISIONADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (Previc)**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

A NBC PA 11 – Revisão Externa de Qualidade pelos Pares dispõe sobre o processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. À luz da referida Norma Brasileira de Auditoria, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O revisor tem a responsabilidade de organizar, planejar e conduzir os trabalhos de revisão.
- B) O revisor e os demais membros da sua equipe devem ter independência em relação ao revisado e aos clientes selecionados.
- C) O auditor não pode atuar como revisor quando, nos últimos três anos anteriores ao da revisão que pretenda fazer, não tenha executado ao menos um trabalho de auditoria independente.
- D) Os membros da equipe revisora podem possuir investimentos ou grau de parentesco com executivos em posições-chave nos clientes do revisado; porém, não podem participar do processo de revisão destes clientes.
- E) Ao final da revisão, o revisor deve emitir relatório com sua opinião e carta de recomendações, os quais devem ser encaminhados juntamente com o plano de ação do revisado e a cópia do questionário base ao Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE).

Questão 02

Em relação à documentação geral de independência para trabalhos de auditoria e revisão, de acordo com a NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, assinale a afirmativa correta.

- A) São aplicadas salvaguardas para tratar uma ameaça e, nesse caso, a firma deve documentar somente a natureza da ameaça.
- B) Não cabe à firma documentar as conclusões sobre as salvaguardas para tratar uma ameaça, quando essas salvaguardas já eram existentes.
- C) A firma não precisa documentar suas conclusões quando a ameaça exigiu uma análise significativa e a firma entendeu que essa ameaça já estava em nível aceitável.
- D) A firma deve documentar a essência de todas as discussões, sejam relevantes ou não, que suportam as conclusões sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão.
- E) A documentação fornece evidências dos julgamentos da firma na formação de conclusões sobre a independência para trabalhos de auditoria e revisão; entretanto, a ausência de documentação não determina se a firma considerou um assunto específico, nem se ela é independente.

Questão 03

Dentre outros temas, a NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, trata dos honorários de auditoria. Sobre o assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No caso de cliente de auditoria que é entidade de interesse público, quando os honorários são negociados pelo cliente de auditoria e pagos por ele, é criada uma ameaça de interesse próprio e pode ser criada uma ameaça de intimidação à independência.
- () A importância do cliente, ou de um terceiro referindo o cliente, para a firma, a firma em rede, o sócio ou o escritório são fatores relevantes na avaliação do nível de ameaças.
- () A determinação dos honorários a serem cobrados de cliente de auditoria, por serviços de auditoria ou outros serviços, é uma decisão do cliente de auditoria, que leva em consideração os fatos e as circunstâncias relevantes para o trabalho específico, incluindo os requisitos de normas técnicas e profissionais.
- () Honorários contingentes são os honorários calculados sobre uma base predeterminada relacionada com o resultado de transação ou com o resultado dos serviços prestados.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, F, F.
- E) V, F, F, F.

Questão 04

A Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Com base no Capítulo II, que trata sobre as regras e diretrizes para os Controles Internos, Avaliação e Monitoramento de Risco e do Conflito de Interesse, analise as afirmativas a seguir.

- I. A EFPC deve manter registro, por meio de um livro físico, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação dos recursos dos planos, quando se tratar de gestão própria, de fundo de investimento exclusivo ou de aplicação na qual a EFPC tenha poder decisório sobre a sua realização.
- II. A EFPC, na administração da carteira própria, deve identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.
- III. Para configurar conflito de interesse é necessária a obtenção de vantagem para si ou para outrem da qual resulta prejuízo para a entidade.
- IV. A EFPC deve considerar na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) III e IV, apenas.

Questão 05

Maria está atuando na função de contadora para uma fundação, que se caracteriza como Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC). Uma de suas atribuições é aferir o processo de registro e avaliação de títulos e valores imobiliários da fundação, com base na Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários. Com base nos procedimentos contábeis aplicáveis às EFPC, assinale a afirmativa correta.

- A) Os balancetes obrigatórios para as entidades são balancete: de planos de benefícios, balancete do plano de gestão administrativa e balancete de gestão patrimonial.
- B) A contabilização deve ser centralizada na sede da entidade, utilizando-se os livros obrigatórios diário e razão, além de livros auxiliares, com observância das disposições previstas na legislação aplicável.
- C) Os lançamentos contábeis devem ser efetuados com base em documentos idôneos, de forma clara, com identificação do fato contábil, devendo conter em seu histórico os detalhamentos necessários das características do documento que o originou, baseando-se exclusivamente em informações internas.
- D) A entidade deve providenciar, a cada dois anos, o inventário físico dos bens patrimoniais, compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, e procedendo, se for o caso, aos ajustes necessários.
- E) A contabilidade da entidade deve ser elaborada respeitando a centralidade patrimonial, incorporando em um único documento os planos de benefícios previdenciais e assistenciais administrados pela entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa (PGA), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Questão 06

Luís Carlos é membro do comitê de auditoria de uma organização da sociedade civil, caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC). Para bem cumprir a sua função, Luís Carlos foi informado que deveria atender aos requisitos mínimos dispostos na Resolução CNPC nº 44, de 6 de agosto de 2021, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). À luz do referido documento, são atribuições mínimas do Comitê de Auditoria, EXCETO:

- A) Estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
- B) Recomendar à Diretoria Executiva da entidade correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- C) Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, quando existente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos.
- D) Recomendar à administração da entidade pessoa física ou jurídica a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, quando considerar necessário.
- E) Designar diretor responsável pela contabilidade para responder, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Questão 07

A Instrução Previc nº 3, de 24 de agosto de 2018, dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios de auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27, de 06 de dezembro de 2017, e dá outras providências. O Capítulo II da referida norma trata dos relatórios a serem produzidos pelo auditor independente. Com base nos processos e aspectos que o relatório para propósito específico deve levar em consideração, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Em relação à governança, o relatório deve abordar o estabelecimento de alçadas de decisão, controles e avaliação de riscos, observância à política de investimentos e à legislação vigente no que se refere à aplicação dos recursos dos planos de benefícios.
- () Em relação ao cadastro e à concessão de benefícios, o relatório deve tratar dos procedimentos adotados com relação à integridade do cadastro, à atualização das provisões matemáticas ou das contas individuais dos participantes, às rotinas relativas aos pagamentos de benefícios e à conciliação contábil.
- () Em relação à efetividade dos controles internos, o relatório deve abordar os aspectos relativos aos processos da EFPC que tratem dos controles para tomada de decisão, conflito de interesses, relacionamento com patrocinadores, concentração de poder e segregação de funções, comunicação e fluxo de informações, e contratação de serviços técnicos especializados.
- () Em relação às contingências judiciais, o relatório deve tratar do acompanhamento dos processos judiciais, dos critérios de gradação de risco, da razoabilidade das estimativas dos processos contingentes e do tratamento contábil adequado.
- () Em relação à avaliação e decisão de investimentos, o relatório deve abordar a tomada de decisão, relacionamento com patrocinadores, controles e avaliação de riscos, comunicação e fluxos de informação, e as rotinas relativas aos pagamentos de benefícios e à conciliação contábil.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F, V.
- B) F, F, V, V, F.
- C) F, V, F, V, F.
- D) V, F, V, F, V.
- E) V, V, F, V, V.

Questão 08

Suponha que uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) ajuíze ação de cobrança contra um grupo de participantes que têm dívida de contribuições no valor nominal de R\$ 100.000,00 (atualizada monetariamente a quantia vai para R\$ 112.500,00). Baseados nas cláusulas contratuais dos benefícios contratados, os advogados da entidade julgam que as chances de sucesso são prováveis, mas não sabem estimar um prazo para o julgamento. Nessa situação hipotética, e à luz do Manual de Contabilidade aplicado às EFPC, da ABRAPP, assinale a afirmativa que indica o correto procedimento contábil a ser adotado pelo Contador da entidade.

- A) Registrar o direito na conta de recursos a receber – gestão previdencial, no importe atualizado de R\$ 112.500,00.
- B) Registrar o direito na conta de recursos a receber – gestão administrativa, no importe nominal de R\$ 100.000,00, como medida de prudência.
- C) Não efetuar qualquer registro em contas patrimoniais, uma vez que se trata de ativo contingente, o qual deve ser evidenciado em Notas Explicativas.
- D) Registrar o direito na conta de Depósitos Judiciais/Recurais – gestão previdencial, no importe nominal de R\$ 100.000,00, como medida de prudência.
- E) Não efetuar qualquer registro em contas patrimoniais, uma vez que se trata de ativo contingente, nem efetuar qualquer divulgação do fato em Notas Explicativas, ante a incerteza do recebimento dos valores.

Questão 09

Com base no Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria 2021 das entidades fechadas de previdência complementar, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O controle patrimonial realizado por meio de escrituração contábil deve respeitar a independência patrimonial, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios administrados pela EFPC e o Plano de Gestão Administrativa – PGA.
- () Provisões matemáticas são valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir.
- () Eventuais contingências relativas aos planos de benefícios administrados pela EFPC, tais como reclamações de participantes acerca de valores, prazo, metodologia de cálculo dos benefícios previdenciários deverão ser registradas à conta de Provisão no Passivo Operacional.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) V, F, F.
- E) F, V, V.

Questão 10

Nos termos do Anexo II (Função e Funcionamento das Contas) da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, a conta destinada a registrar os direitos a receber do PGA (Plano de Gestão Administrativa) junto aos empregados da EFPC, e que é debitada pelo reconhecimento do direito e creditada pelo recebimento do direito é:

- A) 1.02.02.01.99.01.00 – Outros Recursos a Receber
- B) 1.02.02.01.05.00.00 – Gestão Administrativa / Contas a Receber / Responsabilidade de Terceiros
- C) 1.02.02.01.05.00.00 – Gestão Administrativa / Plano Previdencial / Responsabilidade de Terceiros
- D) 1.02.02.01.04.00.00 – Gestão Administrativa / Contas a Receber / Responsabilidade de Empregados
- E) 1.02.02.01.04.00.00 – Gestão Administrativa / Plano Previdencial / Responsabilidade de Empregados

Questão 11

À luz da Instrução Normativa PREVIC nº 31/2020, os recursos recebidos em decorrência de contribuições, remunerações de contribuições em atraso e de contribuições contratadas do plano de benefícios previdencial, bem como recursos oriundos de migrações e portabilidade entre planos de benefícios devem ser tratados contabilmente como:

- A) Rendas.
- B) Adições.
- C) Receitas.
- D) Remunerações.
- E) Variações Positivas.

Questão 12

Com base na Resolução CMN nº 4.944/2022, julgue os itens a seguir no que se refere às diretrizes de aplicação dos recursos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

- I. É vedada a aplicação dos recursos das EFPC em ativos financeiros emitidos no exterior, ainda que sejam classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na CVM.
- II. As EFPC poderão aplicar a integralidade dos recursos de cada plano no segmento renda fixa, sendo que, dentro desse segmento, poderá adquirir um montante de até 100% dos valores em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.
- III. A Resolução prevê limites de alocação por emissor para os recursos das EFPC, e define que, com relação à instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo BACEN, o limite máximo é de 20% em relação aos recursos de cada plano por ela administrado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 13

Nos termos do Manual de Contabilidade aplicado às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, da ABRAPP, a modalidade de plano de benefício previdenciário em que o valor do benefício complementar é estabelecido apenas no momento da sua concessão, com base no saldo acumulado das contribuições e da rentabilidade das aplicações durante a fase contributiva, e que tem como característica a utilização de contas individuais não solidárias para seu controle, denomina-se:

- A) Benefício variável.
- B) Contribuição variável.
- C) Contribuição definida.
- D) Contribuição oscilatória.
- E) Benefício proporcional diferido.

Questão 14

A Resolução CMN nº 4.994/2022 dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Nos termos do referido documento, as EFPC devem definir a política de investimento para a aplicação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado, sendo permitidas operações de concessão de financiamentos imobiliários com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos, até o limite máximo de:

- A) 10% dos recursos garantidores de cada plano.
- B) 15% do patrimônio líquido da entidade.
- C) 15% dos recursos garantidores de cada plano.
- D) 20% dos recursos de cada plano.
- E) 20% da provisão matemática dos benefícios a conceder.

Questão 15

Nos termos do Anexo II da IN Previc 31/2020, nas entidades fechadas de previdência complementar, a conta-contábil ‘1.02.01.01.04.03.00 – Deficit Técnico Contratado’ tem por função:

- A) Registrar perdas estimadas de créditos referentes a Operações Contratadas.
- B) Registrar os recursos referentes a compromissos firmados entre a EFPC e seus patrocinadores, por meio de instrumento contratual, de serviço passado.
- C) Registrar os adiantamentos de recursos relativos à Gestão Previdencial que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes.
- D) Registrar os recursos referentes a compromissos firmados entre a EFPC e seus patrocinadores, por meio de instrumento contratual, decorrentes do inadimplemento de contribuições previdenciais.
- E) Registrar os recursos referentes a compromissos firmados entre a EFPC e seus patrocinadores, por meio de instrumento contratual, para adoção de medidas saneadoras com vistas ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.

Questão 16

De acordo com o Guia Previc de Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria (2021), as notas explicativas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) devem ser apresentadas de forma sistemática, ou seja, cada item deve ser referenciado à respectiva informação apresentada nas demonstrações contábeis. Sobre o assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A compreensão e a interpretação dos aspectos relevantes das EFPC estão intimamente relacionadas ao seu objetivo social, sendo a descrição das atividades e das operações básicas exercidas um dos aspectos fundamentais das notas explicativas.
- () A EFPC deve adotar, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, e as modificações relevantes deverão ser evidenciadas em notas explicativas às demonstrações contábeis, com a quantificação dos respectivos efeitos.
- () As notas explicativas devem ser formuladas ressaltando o plano de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa (PGA) como as unidades de controle e gestão da EFPC. Os fatos relevantes ocorridos e os eventos subsequentes com potencial impacto sobre os resultados futuros devem constar em notas explicativas, identificando o plano em referência ou o (PGA).
- () A relevância das informações deve ser um dos principais requisitos no processo de evidenciação em notas explicativas. Além dos requisitos mínimos previstos em normativos vigentes, a EFPC deve divulgar os eventos não exigidos em normas, mas considerados relevantes para a compreensão do desempenho da entidade, dos planos de benefícios e do PGA.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, V, F.
- D) V, F, F, V.
- E) F, F, F, F.

Questão 17

De acordo com o Guia Previc (2021), “riscos são eventos que podem ocasionar impactos negativos ou positivos na realização dos objetivos institucionais da entidade”. Em relação às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), analise as afirmativas a seguir.

- I. Deve manter uma estrutura apropriada de gerenciamento de riscos, incluindo a criação de uma área específica que identifique, avalie periodicamente os riscos e apresente medidas com vistas a mitigá-los.
- II. Deve identificar, avaliar e monitorar os riscos operacionais inerentes aos processos e sistemas considerados relevantes. O gerenciamento do risco operacional está diretamente relacionado aos controles internos e ao conhecimento dos processos existentes na entidade.
- III. A entidade que optar pela adoção de perfis de investimento deve manter estrutura de controles internos e avaliação de riscos adequados, bem como observar os limites de alocação de ativos previstos na legislação.
- IV. A gestão de riscos pressupõe um conjunto de atividades coordenadas de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, inerentes aos processos e sistemas considerados relevantes, a fim de conferir razoável segurança quanto ao alcance dos objetivos da entidade.

Está INCORRETO o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 18

O Art. 13 da Instrução Normativa nº 31/2020 versa sobre operações com ativos de renda variável. No que diz respeito ao registro contábil das operações com esse tipo de ativos, as EFPC devem adotar os seguintes procedimentos, EXCETO:

- A) Contabilizar as ações pelo custo de aquisição, avaliadas pelo valor de mercado.
- B) Registrar as vendas de ações no mercado à vista pelo valor líquido, deduzindo-se o valor das taxas e corretagens.
- C) Observar, na avaliação dos ativos de renda variável, a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.
- D) Reconhecer os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, a débito de Deduções/Variações Negativas.
- E) Apresentar laudo de avaliação realizado pela EFPC, contendo, no mínimo, as premissas utilizadas no cálculo, a metodologia e a forma de precificação das ações sem negociação nos últimos sessenta dias.

Questão 19

Concernente aos registros contábeis do imobilizado e intangível à luz da Instrução Normativa nº 31/2020, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A depreciação do Imobilizado e a amortização do Intangível devem ser contabilizadas mensalmente, como redutoras, em conta analítica dos respectivos ativos, tendo como contrapartida despesas do PGA.
- () A contabilização da amortização do intangível deve ser efetuada independentemente da existência do resultado do PGA.
- () Os saldos registrados no Ativo Diferido em 31 de dezembro de 2020 devem ser reclassificados para conta de Ativo Intangível ou integralmente amortizados.
- () Os gastos com implantação de novos planos de benefícios de caráter previdencial devem ser amortizados no prazo máximo de sessenta meses, contados a partir da data de início de funcionamento do plano de benefícios, desde que as EFPC apresentem plano de viabilidade econômico-financeira, demonstrando que as receitas administrativas a serem auferidas serão suficientes para arcar com a referida amortização.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, V, F.
- D) V, F, V, V.
- E) F, F, V, V.

Questão 20

À luz do Art. 18 da IN nº 31, de 20 de agosto de 2020 com alterações, NÃO correspondem às despesas diretas contabilizadas como Deduções/Variações Negativas dos investimentos:

- A) Tributos diretamente incidentes sobre investimentos.
- B) Serviços de custódia e controladoria das carteiras de investimentos.
- C) Taxas de administração de investimentos na gestão terceirizada de recursos.
- D) Gastos necessários diretamente relacionados com a recuperação de investimentos, tais como honorários advocatícios terceirizados e consultorias especializadas na recuperação de perdas com investimentos.
- E) Taxas condominiais, seguros, custos de manutenção, demais taxas e impostos incidentes sobre investimentos imobiliários de responsabilidade do locador (proprietário), para os imóveis não locados, inclusive para os imóveis de uso próprio.

Questão 21

Nos termos dos itens 8 e 9 da Norma Brasileira de Contabilidade CTA CFC nº 8/2013, o auditor independente deve analisar estudo técnico elaborado pela administração da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC). A análise do referido estudo técnico pelo citado auditor visa, EXCETO:

- A) Justificar a taxa de juros utilizada (real).
- B) Verificar se atende aos requisitos estabelecidos nas Resoluções nº 18 do CGPC e nº 9 do CNPC.
- C) Verificar se práticas contábeis adotadas são as aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.
- D) Comprovar a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.
- E) Verificar se as premissas utilizadas e conclusões alcançadas pela administração da EFPC são razoáveis nas circunstâncias específicas da EFPC e não apresentam distorções ou inconsistências relevantes que, se houver, deveriam ser consideradas na emissão de seu relatório de auditoria.

Questão 22

Considere que um auditor está auditando uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que teve os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, auditados por outro auditor independente. O que deve fazer o auditor atual para que o usuário das demonstrações contábeis entenda que as presentes informações foram auditadas por auditor diferente do anterior?

- A) Informar o nome completo e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do auditor anterior.
- B) Adicionar um parágrafo específico de Outros Assuntos informando a troca dos auditores em relação ao exercício anterior.
- C) Elaborar o Relatório de Auditoria com cabeçalho e, eventualmente, timbre e/ou logomarca que especifique o auditor independente atual.
- D) Opor sob a assinatura ao final do Relatório de Auditoria, nome completo, registros no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).
- E) Identificar na Apresentação do Relatório de Auditoria com nome completo, registros no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

Questão 23

A Norma Brasileira de Contabilidade CTA CFC nº 8/2013 denota que, no planejamento e execução dos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), que incluem mais de um plano de benefícios, o auditor deve levar em consideração diversos aspectos. De forma a ter segurança razoável que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais estão livres de erros materiais causados por erros ou fraude, são aspectos que devem ser considerados:

- A) Os ambientes de controles externos.
- B) Todas as características dos planos de benefício.
- C) Os relatórios desenvolvidos pelo *controller* contábil.
- D) Os níveis de materialidade planejada por plano de benefício.
- E) Os sistemas informatizados utilizados na compilação dos dados.

Questão 24

A utilização de taxas de juros para desconto que não estejam suportadas pelo citado estudo técnico (dentro dos limites máximos estabelecidos pelo órgão competente) representa uma limitação no alcance do trabalho de auditoria e requer avaliação do auditor quanto à emissão de relatório de auditoria com modificação. O auditor entende que a presente situação representa impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, julgando relevante, mas não generalizada. Logo, assim, deverá ser expressa sua opinião:

- A) Adversa.
- B) Sem ressalva.
- C) Com ressalva.
- D) Contestativa.
- E) Abstenção de opinião.

Questão 25

A Norma Brasileira de Contabilidade CTA CFC nº 8/2013 estabelece que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) atuam sob regulação e supervisão de outras entidades, em especial o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Atinentes a essas entidades, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A PREVIC supervisiona as EFPCs.
- B) As EFPCs são reguladas pelo CNPC.
- C) A utilização de taxas de juros para desconto deve observar os limites máximos estabelecidos pela PREVIC.
- D) As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis das EFPC são aquelas consubstanciadas em regulamentações do CNPC e da PREVIC.
- E) A PREVIC determina que as EFPC devem apresentar as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios e o relatório dos auditores independentes.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01

Contador Ambrósio, auditor independente está auditando a Bom Futuro, entidade fechada de previdência complementar. Dada sua pouca experiência e comprometimento profissional, Ambrósio está praticando atos que contrariam o Código de Ética do Profissional Contador – Norma Brasileira de Contabilidade, NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019 – que fixa normas relativas à conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe, estabelecendo deveres, vedações e permissibilidades, dentre outras previsões.

Considerando os possíveis atos praticados pelo auditor Ambrósio no desempenho de suas funções, que, em tese, infringem o citado Código de Ética, disserte criticamente sobre a atuação do auditor, relacionando dez vedações descritas na norma citada e as penalidades possivelmente cabíveis dessas transgressões que constituiriam infrações éticas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 02

Dispõe a Resolução CNPC nº 43/2021 que os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à entidade devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos. Com base no exposto, discorra sobre: a) em quais categorias os títulos são classificados e apresente as hipóteses para o registro; b) justifique como esses títulos devem ser ajustados e/ou avaliados.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas), que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 29 de abril de 2024.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 30 de abril de 2024 às 23h59min do dia 02 de maio de 2024. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente ao Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 17/06/2024, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 18/06/2024 até às 23h59min do dia 19/06/2024, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.